

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, e o
relatório dos auditores independentes**



Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900

E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

RTA-079-2023

Ribeirão Preto SP, 10 de fevereiro de 2023.

À
Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico
Rio Claro SP

Atenção do Senhor **Dr. José Martiniano Grillo Neto**
Presidente

Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores e Consultores



Hélio Mazzi Júnior
Diretor

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021,
e o relatório dos auditores independentes**

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos Cotistas e Administradores da
Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico
Rio Claro SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 10 de fevereiro de 2023.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Hélio Mazzi Júnior
Contador – CRC1SP189107/O-3

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo			
Circulante		77.937.185	73.207.908	Circulante		37.443.570	32.656.475
Disponível		3.108.039	8.968.086	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	12.596.493	12.231.853
Realizável		74.829.146	64.239.822	Provisão para remissão		341.347	-
Aplicações financeiras	5	56.530.430	46.289.477	Provisão de prêmio/contraprestação não ganha - PPCNG		1.575.591	1.535.647
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		11.008.066	8.984.269	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		620.412	760.611
Aplicações livres		45.522.364	37.305.208	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais		7.145.821	7.008.160
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	8.053.063	8.852.943	Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)		2.913.322	2.927.435
Contraprestação pecuniária/prêmio a receber		3.040.020	2.430.071	Débitos de operações de assistência à saúde		707.896	748.980
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		37.019	25.259	Comercialização sobre operações		15.050	13.892
Operadoras de planos de assistência à saúde		4.976.024	6.252.737	Operadoras de planos de assistência à saúde		692.846	735.088
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		-	144.876	Débitos de operações. assistência. à saúde não relacionado. com o plano de saúde da operadora		435.039	258.136
Créditos de oper.de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora		1.820.027	1.026.938	Tributos e encargos sociais a recolher	12	6.484.251	5.485.273
Créditos tributários e previdenciários		2.343.424	883.799	Empréstimos e financiamentos a pagar	13	1.993.673	2.164.768
Bens e títulos a receber	7	6.024.381	7.139.142	Débitos diversos	14	15.226.218	11.765.205
Despesas antecipadas		57.821	47.523	Conta corrente com cooperados		-	2.260
Não circulante		48.760.010	42.293.999	Não circulante		31.893.118	30.550.338
Realizável a longo prazo		5.939.773	5.106.184	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	672.050	265.950
Depósitos judiciais e fiscais	8	5.908.561	4.804.693	Provisão para remissão		432.753	-
Outros créditos a receber a longo prazo		31.212	301.491	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		239.297	265.950
Investimentos	9	4.887.104	4.736.949	Provisões		26.591.600	23.681.106
Outros investimentos		4.887.104	4.736.949	Provisão para ações judiciais	15	26.591.600	23.681.106
Imobilizado	10	37.820.179	32.271.754	Empréstimos e financiamentos a pagar	13	4.629.468	6.603.282
Imóveis de uso próprio		20.290.966	20.538.753	Patrimônio líquido	17	57.360.507	52.295.094
Imóveis - hospitalares		14.154.190	14.608.680	Capital social		22.750.382	21.804.467
Imóveis - não hospitalares		6.136.776	5.930.073	Reservas		22.173.540	16.606.179
Imobilizado de uso próprio		13.112.559	10.542.286	Fundo de reserva		15.620.189	14.157.062
Imobilizado - hospitalares		7.526.585	7.336.285	Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		1.427.660	696.096
Imobilizado - não hospitalares		5.585.974	3.206.001	Fundo constituído		-	1.753.021
Imobilizações em curso		3.926.178	604.099	Fundo de desenvolvimento tecnológico e Estrutura física		5.125.691	-
Outras imobilizações		490.476	586.616	Sobras à disposição da AGO		12.436.585	13.884.448
Intangível		112.954	179.112				
Total do ativo		126.697.195	115.501.907	Total do passivo e do patrimônio líquido		126.697.195	115.501.907

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	Nota	2022	2021
Ingressos/receitas de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		186.347.154	190.811.269
Receitas com operações de assistência à saúde		195.549.471	198.452.179
Contraprestações líquidas / prêmios retidos		195.549.471	198.452.179
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		(774.100)	-
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(8.428.217)	(7.640.910)
Eventos indenizáveis líquidos	18	(150.370.561)	(149.719.903)
Dispêndios/despesas com eventos conhecidos ou avisados		(150.384.674)	(149.074.231)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		14.113	(645.672)
Sobra das operações com planos de assistência à saúde		35.976.593	41.091.366
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde		134.121	73.203
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	20	10.886.841	7.479.112
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar		9.139.622	6.013.260
Outros ingressos / receitas operacionais		1.747.219	1.465.852
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(705.972)	(658.812)
Outros dispêndios / despesas de operações de planos de assistência à saúde		(298.694)	(522.169)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde		1.446	-
Provisão para perdas sobre crédito		(408.724)	(136.643)
Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	21	(18.000.663)	(15.816.150)
Resultado bruto		28.290.920	32.168.719
Dispêndios/ despesas de comercialização		(374.886)	(328.002)
Dispêndios/ despesas administrativas	22	(18.604.342)	(18.060.181)
Resultado financeiro líquido	23	4.825.569	246.342
Ingressos/ receitas financeiras		7.419.071	2.553.639
Dispêndios/ despesas financeiras		(2.593.502)	(2.307.297)
Resultado patrimonial		494.015	(104.952)
Ingressos/ receitas patrimoniais		558.792	292.622
Dispêndios/ despesas patrimoniais		(64.777)	(397.574)
Sobra líquida do exercício		14.631.276	13.921.926

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	2022	2021
Sobra líquida do exercício	14.631.276	13.921.926
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	14.631.276	13.921.926

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	Capital social	Fundo de reserva	RATES	Fundo constituído	Fundo de Desenvolvimento Tecnológico e Estrutura Física	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	21.180.481	12.764.869	3.379.119	1.753.021	-	2.176.882	41.254.372
Deliberação da AGO de 3/2021	-	-	-	-	-	(2.176.882)	-
Distribuição de sobras	-	-	-	-	-	-	-
Juros s/ capital próprio	905.413	-	-	-	-	-	905.413
Integralização de capital	248.963	-	-	-	-	-	248.963
Baixa do capital por desligamento	(530.390)	-	-	-	-	-	(530.390)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	13.921.926	13.921.926
Realização do RATES	-	-	(3.379.119)	-	-	3.379.119	-
Antecipação das sobras	-	-	-	-	-	(1.328.308)	(1.328.308)
Constituição de reservas estatutárias:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de reserva	-	1.392.193	-	-	-	(1.392.193)	-
RATES	-	-	696.096	-	-	(696.096)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	21.804.467	14.157.062	696.096	1.753.021	-	13.884.448	52.295.094
Deliberação da AGO de 3/2022	-	-	-	-	-	(10.511.778)	(10.511.778)
Distribuição de sobras	-	-	-	-	-	-	-
Juros s/ capital próprio	953.173	-	-	-	-	-	953.173
Integralização de capital	615.372	-	-	-	-	-	615.372
Baixa do capital por desligamento	(622.630)	-	-	-	-	-	(622.630)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	14.631.276	14.631.276
Antecipação das sobras	-	-	-	-	-	-	-
Constituição do Fundo de desenvolvimento tecnológico e estrutura física	-	-	-	-	3.372.670	(3.372.670)	-
Transferência para o Fundo de desenvolvimento tecnológico e estrutura física	-	-	-	(1.753.021)	1.753.021	-	-
Constituição de reservas estatutárias:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de reserva	-	1.463.127	-	-	-	(1.463.127)	-
RATES	-	-	731.564	-	-	(731.564)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	22.750.382	15.620.189	1.427.660	-	5.125.691	12.436.585	57.360.507

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(+) Recebimentos de planos de saúde	239.686.067	224.243.018
(+) Resgate de aplicações financeiras	7.293.147	26.882.252
(+) Outros recebimentos operacionais	1.388.770	1.777.838
(-) Pagamentos a fornecedores/ prestadores de serviços de saúde	(146.723.937)	(134.016.766)
(-) Pagamentos de comissões	(374.886)	(303.924)
(-) Pagamentos de pessoal	(49.168.572)	(43.243.481)
(-) Pagamentos de pró-labore	(1.260.229)	(1.388.512)
(-) Pagamento de serviços de terceiros	(12.925.379)	(11.068.871)
(-) Pagamentos de tributos	(7.135.322)	(7.639.267)
(-) Pagamentos de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(838.497)	(892.349)
(-) Pagamentos de aluguel	(560.409)	(504.151)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(696.500)	(448.080)
(-) Aplicações financeiras	(12.231.190)	(38.259.264)
(-) Outros pagamentos operacionais	(4.981.932)	(4.776.721)
Caixa líquido das atividades operacionais	11.471.131	10.361.722
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(+) Recebimento de venda de ativo imobilizado - hospitalar	-	5.000
(+) Recebimento de Dividendos	11.383	97.704
(+) Outros recebimentos das atividades de investimentos	54.284	63.845
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar	(2.861.595)	(1.096.316)
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - outros	(4.706.291)	(1.364.258)
(-) Pagamentos de aquisição de participação em outras empresas	(258.878)	(2.092)
(-) Outros pagamentos das atividades de investimentos	(145.026)	(103.631)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(7.906.123)	(2.399.748)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
(+) Integralização de capital em dinheiro	505.115	173.364
(+) Recebimento – empréstimos/financiamentos	-	9.000.000
(-) Pagamento de juros - empréstimos/financiamentos/leasing	(1.055.496)	(729.115)
(-) Pagamento de amortização - empréstimos/financiamentos/leasing	(2.231.207)	(11.598.047)
(-) Pagamento de participação nos resultados	(6.023.484)	(3.508.728)
(-) Outros pagamentos das atividades de financiamento	(619.983)	(69.633)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(9.425.055)	(6.732.159)
Variação líquida do caixa	(5.860.047)	1.229.815
Saldo disponível final	3.108.039	8.968.086
Saldo disponível inicial	8.968.086	7.738.271
Variação líquida do caixa	(5.860.047)	1.229.815

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

1 Contexto operacional

A Unimed de Rio Claro SP Cooperativa de Trabalho Médico, sediada em Rio Claro SP, que contava com 177 e 175 cooperados no final de 2022 e de 2021, respectivamente, tem por objeto a congregação dos integrantes da profissão médica, notadamente em relação ao exercício de suas atividades ligadas ao atendimento de usuários de planos de saúde por si contratados, em nome dos seus cooperados, para a sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades profissionais.

1.1 Impactos da pandemia COVID-19 nas demonstrações financeiras

A Administração da Cooperativa no sentido de preservar a integridade, a saúde e a segurança de todos os seus colaboradores diretos e indiretos, adotaram medidas como: adoção das orientações do Ministério e Secretarias de Saúde, reforço nas higienizações, distribuição de álcool líquido e em gel 70%, distribuição de máscaras de proteção para colaboradores e prestadores de serviços. Ainda, em relação aos procedimentos de prevenção a COVID-19, reorganização das áreas da Empresa respeitando o distanciamento mínimo de 1,5 metro entre as pessoas, criação de protocolos internos de segurança, consonantes com os protocolos governamentais; divulgação das medidas adotadas pela rede própria e pelos hospitais credenciados quanto à criações de alas especiais para atendimento nas emergências de pacientes com Covid em separado dos demais atendimentos, entre outras.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

3 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1), e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº 435 de 23 de novembro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 10 de fevereiro de 2023.

b **Mensuração de valor**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Cooperativa.

d **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde;
- **Nota explicativa nº 10** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 11** – Provisão para eventos ocorridos e não avisados – PEONA, PEONA SUS e Ressarcimento ao SUS; e
- **Nota explicativa nº 15** – Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos são classificados por três categorias discriminadas abaixo. A classificação depende do modelo de negócio da Cooperativa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. As categorias estão descritas a seguir:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos ao custo amortizado os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São aqueles mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Mensurados pelo valor justo por meio do resultado

São classificados nessa modalidade os ativos financeiros que não se enquadram na classificação de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. São gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa. Conforme determinação da ANS em grupo titulado “Disponível”.

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e,

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2016, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “PEPS – primeiro a entrar, primeiro a sair” e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos.

f Investimentos

Representados, substancialmente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, que são avaliados pelo valor justo das cotas.

g Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das operadoras de planos de assistência à saúde, a saber:

j.1 Provisão para remissão

Decorrente de cláusulas contratuais estabelecida pela RN 104 da ANS e posteriores alterações pela RN 462/2020. É calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. A provisão é segregada entre benefícios concedidos e benefícios a conceder, conforme segue:

Benefícios concedidos: quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

j.2 Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido. A Cooperativa não emite uma única fatura com mais de uma competência, assim, o cálculo “*pro rata temporis*” dar-se-á apenas na primeira emissão de cobrança, após isso o faturamento é por única competência.

j.3 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

j.4 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A Resolução Normativa nº 435, de 23 de novembro de 2018, dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

j.5 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Conforme disposto na Resolução Normativa da ANS nº 209, de 29 de dezembro de 2009 e alterações posteriores da ANS, a Cooperativa deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados. A partir de setembro de 2009, a Cooperativa elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão. A provisão teve seu início em 30 de setembro de 2009.

j.6 Outras Provisões

Quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciada em Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (“DIOPE”), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

k Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

l Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas

quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

o Atos cooperativos e não cooperativos

Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre a Cooperativa e seus associados, e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, sendo que, sem esta estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica.

Os critérios de alocação dos dispêndios e despesas gerais, bem como o faturamento e demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como segue:

- Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo;
- O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade;
- As despesas e as demais receitas indiretas são alocadas entre atos cooperativos e não cooperativos na proporção do faturamento desses atos, desde que não seja possível separar objetivamente, o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

p Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

r Capital social

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Cooperativa e a legislação.

s Apuração das sobras ou perdas

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Operadora.

t Novos pronunciamentos contábeis emitidos e não adotados

O novo Plano de Contas Padrão da ANS para operadoras de planos de saúde, instituído pela RN nº 472/2021, entrará em vigor desde 1º de janeiro de 2022, revogado pela RN nº 528/2022 em 1º de junho de 2022, requer a adoção dos seguintes pronunciamentos:

IFRS	CPC	Pronunciamentos	Data de entrada vigor ANS
IFRS 16	CPC 06 (R2)	Arrendamentos	1º/01/2022
IFRS 15	CPC 47	Receita de Contrato com Cliente	1º/01/2022

▪ **CPC 06 R2 (IFRS 16)**

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Com relação à natureza das despesas relacionadas com estes contratos, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com a junção do custo de depreciação dos ativos de direito de uso e da despesa de juros sobre os passivos de arrendamentos, passando a registrar em despesas financeiras. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais.

Para o exercício de 2022, a Cooperativa realizou o levantamento de todos os contratos de arrendamentos e concluiu que o saldo não é relevante para mensuração.

▪ **CPC 47 (IFRS 15)**

O CPC 47, conforme descrito no novo Plano de Contas da ANS, diz que o montante da receita proveniente de uma transação é geralmente acordado entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela entidade ao comprador,

Em atendimento ao novo plano de contas, a Cooperativa modificou a contabilização da corresponsabilidade cedida, em que a operadora que presta o serviço à operadora de origem do beneficiário, passando a reconhecer a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas. Desta forma, no grupo de receitas consta apenas a taxa de administração cobrada. As modificações foram feitas a partir de janeiro de 2022, conforme apresentado a seguir:

• **Corresponsabilidade cedida**

<u>Conta</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>
3117	(-) Contraprestações de Corresponsabilidade cedida de assistência à saúde (i)	160.436
4116	Eventos/sinistros conhecidos ou avisados prestados por rede indireta (ii)	5.126.957

(i) Conforme o plano de contas instituído pela RN nº 528/2022, no grupo 3117 passaram a ser registrados apenas os saldos referentes a taxa de administração cobrada.

(ii) No grupo 4116 passaram a ser reconhecidos todos os saldos de despesa e recuperação de eventos e sinistros conhecidos ou avisados prestados os eventos prestados por rede indireta (de outras operadoras), saldos que até o exercício de 2021 eram registrados na 3117.

- **Corresponsabilidade assumida**

Conta	Descrição	31/12/2022
311112086	Taxa de administração (i)	1.960.556
411112184	(-) Recuperação por reembolso do contratante (ii)	8.351.292
411112282	(-) Glosas (ii)	1.192
411112284	(-) Recuperação por reembolso do contratante (ii)	8.227.808
411112784	(-) Recuperação por reembolso do contratante (ii)	1.896.806
411512084	(-) Recuperação por reembolso do contratante (ii)	1.714.915

- (i) Até exercício de 2021, os saldos de contraprestações de corresponsabilidade assumida eram registrados integralmente no grupo 3111120X6, a partir de 2022 com base na modificação instituída, neste grupo permanece apenas a taxa de administração (se houver).
- (ii) Os saldos anteriormente registrados no grupo 3111120X6, conforme descrito acima, passaram a ser registrados como redutores dos eventos/sinistros conhecidos ou avisados de assistência à saúde, no grupo 411.

5 Aplicações financeiras

Descrição	2022	2021
Aplicações garantidoras de provisões técnicas(i)		
Itaú Unimed RF	2.809.333	2.547.871
Banco Santander - ANS II RF	3.207.530	2.886.063
BTG Pactual - Fundo ANS	3.258.234	2.393.716
XP Investimentos - ANS	1.732.969	1.156.619
	11.008.066	8.984.269
Aplicações Livres		
Fundos investimentos	12.527.106	10.024.584
Sicoob Unimais Rio Claro	1.684.660	1.522.248
Renda Fixa	9.127.481	6.256.159
CDB DI	1.880.932	1.609.697
Sicredinvest Flex -CDI	14.826.355	13.452.809
Uniprime RDC	5.475.830	4.439.711
	45.522.364	37.305.208
	56.530.430	46.289.477

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

- (i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas, conforme nota explicativa nº 11, são aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 419/2016.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2022			2021		
	Pré pagamento	Pós pagamento	Total	Pré pagamento	Pós pagamento	Total
Contraprestações pecuniárias a receber						
Plano individual	1.929.450	-	1.929.450	1.230.799	-	1.230.799
Plano empresarial / coletivo	1.014.136	783.453	1.797.589	869.788	945.589	1.815.377
(-) PPSC - provisão para perdas sobre créditos (i)	(590.561)	(96.458)	(687.019)	(588.251)	(27.854)	(616.105)
	2.353.025	686.995	3.040.020	1.512.336	917.735	2.430.071
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis						
Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido	37.019	-	37.019	25.259	-	25.259
	37.019	-	37.019	25.259	-	25.259
Contraprestações de corresponsabilidade assumida						
Contraprestações de corresponsabilidade assumida	200.215	4.775.809	4.976.024	161.876	6.317.478	6.479.354
(-) PPSC - provisão para perdas sobre créditos (i)	-	-	-	(226.617)	-	(226.617)
	200.215	4.775.809	4.976.024	(64.741)	6.317.478	6.252.737
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde						
Outros créditos de operações de assistência médico-hospitalar	-	-	-	-	144.876	144.876
(-) PPSC - provisão para perdas sobre créditos	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	144.876	144.876
	2.590.259	5.462.804	8.053.063	1.472.854	7.380.089	8.852.943

- (i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

7 Bens e títulos a receber

Descrição	2022	2021
Estoques	5.078.378	5.855.818
Títulos a receber	689.989	1.050.106
Adiantamento a empregados	374.456	326.919
Adiantamento a fornecedores	191.161	112.560
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(309.603)	(206.261)
	<u>6.024.381</u>	<u>7.139.142</u>

8 Depósitos judiciais e fiscais

Descrição	2022	2021
Tributários (i)	1.298.564	1.227.721
ISSQN (ii)	3.239.585	2.354.937
Taxa de Saúde Suplementar TSS (iii)	905.514	799.592
Ações trabalhistas	976	934
Ações cíveis	392.683	351.628
Ressarcimento ao SUS	71.239	69.881
	<u>5.908.561</u>	<u>4.804.693</u>

Os depósitos judiciais estão sendo atualizados pela Selic, exceto os depósitos trabalhistas que são atualizados pela JAM.

- (i) Os depósitos foram realizados durante a vigência da Lei Compl. 84/96 (de junho de 1996 a novembro de 1999), correspondente a contestação da exigência do encargo previdenciário sobre os repasses de produção aos cooperados, cujos valores permanecerão vinculados até a decisão final do judiciário. O saldo possui provisão para contingência constituída no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 15.
- (ii) Em 30 de Dezembro de 2016 foi publicada a Lei Complementar Federal nº 157/16, a qual alterou a Lei Complementar nº 116/2003, que dispõe sobre as normas gerais sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). A Lei Complementar em seu inciso XXIII no art. 3º, alterou substancialmente a sistemática de recolhimento do ISSQN devido pelas operadoras de plano de saúde, em que fixou como local de recolhimento do imposto o local do domicílio do tomador dos serviços. Sendo assim a Unimed Rio Claro ajuizou a Ação Declaratória de Adequação de Base de Cálculo e o Pedido de Concessão de Tutela sob nº 1001036-58.2018.8.26.0510 a fim de determinar a base de cálculo adequada do ISSQN e suspender por parte dos municípios exceto Rio Claro, de cobrar a retenção do ISSQN e abster o cumprimento das obrigações acessórias. Com a concessão da Tutela Antecipada, a Unimed Rio Claro passou a recolher o ISSQN integral por meio de Depósitos Judiciais a partir da competência 01/2018 até 11/2019. Em 02/2019 a Unimed Rio Claro e a Prefeitura assinaram um acordo no tocante à base de cálculo do tributo reconhecendo que a base de cálculo corresponda ao valor da taxa de administração/comissionamento excluindo-se todas as despesas repassados ao seus cooperados e credenciados e também as despesas com recursos próprios. Quanto à forma de recolhimento, a partir de 12/2019 passou a ser com base no percentual dos domiciliados no município de Rio Claro, sendo recolhidos diretamente ao cofre municipal por meio da ferramenta de escrituração fiscal e a diferença do percentual, representando os demais domiciliados fora do município,

continuam por meio dos depósitos judiciais até o presente momento. O Saldo possui provisão para contingência constituída no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 15.

- (iii) Correspondem a Taxa de Saúde Suplementar referente ao período de julho de 2016 até dezembro de 2022 que estão em processo judicial no qual se encontra provisionado no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 15, cujos valores permanecerão vinculados até a decisão final do judiciário.

9 Investimentos

a Composição do saldo

Descrição	2022	2021
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo - FESP	1.975.788	1.799.928
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos	1.695.884	1.485.899
Unimed Centro Paulista - Federação Intra-Federativa	805.573	805.573
Central Nacional Unimed	284.236	284.236
SICOOB UniCentro Brasileira	-	232.894
SICREDI União PR/SP	113.081	82.456
Crediguaçu	-	39.873
Unicred do Estado de São Paulo	11.420	5.090
Uniprime	1.122	1.000
	4.887.104	4.736.949

b Movimentação dos investimentos

Descrição	1º/1/2021	Juros s/ capital		31/12/2021	Juros s/ capital			31/12/2022
		incorporado	Adições		incorporado	Adições	Baixas	
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo - FESP	1.799.928	-	-	1.799.928	175.860	-	-	1.975.788
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos	1.422.953	62.946	-	1.485.899	209.985	-	-	1.695.884
Unimed Centro Paulista - Federação Intra-Federativa	805.573	-	-	805.573	-	-	-	805.573
Central Nacional Unimed	270.444	13.792	-	284.236	-	-	-	284.236
SICOOB UniCentro Brasileira	222.556	9.858	480	232.894	-	40	(232.934)	-
SICREDI União PR/SP	76.680	3.240	2.536	82.456	24.328	6.297	-	113.081
Crediguaçu	39.192	679	2	39.873	2	-	(39.875)	-
Unicred do Estado de São Paulo	4.320	-	770	5.090	6.330	-	-	11.420
Uniprime	-	-	1.000	1.000	122	-	-	1.122
	4.641.646	90.515	4.788	4.736.949	416.627	6.337	(272.809)	4.887.104

10 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação			2022	2021
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	3.595.295	-	3.595.295	3.595.295
Edificações	De 2,50% a 4%	27.040.808	(10.345.137)	16.695.671	16.943.459
Instalações	De 4% a 10%	627.029	(287.714)	339.315	293.012
Máquinas e equipamentos	De 10% a 33,33%	19.563.551	(10.871.297)	8.692.254	8.059.544
Computadores e periféricos	De 10% a 50%	4.977.255	(2.066.154)	2.911.101	1.014.600
Móveis e utensílios	De 10% a 25%	3.295.040	(2.348.947)	946.093	1.072.988
Veículos	De 20% a 25%	422.081	(198.285)	223.796	102.142
Outras imobilizações	De 4% a 20%	1.402.476	(912.000)	490.476	586.615
Imobilizações em curso	-	3.926.178	-	3.926.178	604.099
		64.849.713	(27.029.534)	37.820.179	32.271.754

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2022 e de 2021, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

b Movimentação do custo histórico

Descrição	1º/1/2021	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2021	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2022
Terrenos	3.598.820	-	-	(3.525)	3.595.295	-	-	-	3.595.295
Edificações	26.759.289	-	(320.000)	103.967	26.543.256	-	-	497.552	27.040.808
Instalações	347.165	200.476	(11.124)	7.425	543.942	66.076	-	17.011	627.029
Máquinas e equipamentos	19.813.800	1.000.499	(3.138.195)	109.750	17.785.854	1.352.287	(185.287)	610.697	19.563.551
Computadores e periféricos	2.906.554	416.712	(578.480)	40.063	2.784.849	501.831	(218.358)	1.908.933	4.977.255
Móveis e utensílios	4.531.619	83.955	(1.402.782)	32.056	3.244.848	82.099	(139.963)	108.056	3.295.040
Veículos	430.568	4.000	(207.486)	64.000	291.082	185.172	(54.173)	-	422.081
Outras imobilizações	1.679.702	-	(277.226)	-	1.402.476	-	-	-	1.402.476
Imobilizações em curso	172.864	884.592	(99.621)	(353.736)	604.099	6.529.946	(65.618)	(3.142.249)	3.926.178
	60.240.381	2.590.234	(6.034.914)	-	56.795.701	8.717.411	(663.399)	-	64.849.713

c Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	1º/1/2021	Adição	Baixa	31/12/2021	Adição	Baixa	31/12/2022
Edificações	(8.901.163)	(728.142)	29.508	(9.599.797)	(745.340)	-	(10.345.137)
Instalações	(229.951)	(26.853)	5.874	(250.930)	(36.784)	-	(287.714)
Máquinas e equipamentos	(11.229.345)	(1.354.631)	2.857.666	(9.726.310)	(1.289.170)	144.183	(10.871.297)
Computadores e periféricos	(2.009.899)	(316.866)	556.516	(1.770.249)	(504.351)	208.446	(2.066.154)
Móveis e utensílios	(3.232.647)	(295.054)	1.355.841	(2.171.860)	(186.348)	9.261	(2.348.947)
Veículos	(372.057)	(24.369)	207.486	(188.940)	(63.518)	54.173	(198.285)
Outras imobilizações	(979.303)	(99.639)	263.081	(815.861)	(96.139)	-	(912.000)
	(26.954.365)	(2.845.554)	5.275.972	(24.523.947)	(2.921.650)	416.063	(27.029.534)

11 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2022			2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para remissão (i)						
Provisão para remissão	341.347	432.753	774.100	-	-	-
	341.347	432.753	774.100	-	-	-
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha – PPCNG (ii)						
Plano individual	1.575.591	-	1.575.591	1.535.647	-	1.535.647
	1.575.591	-	1.575.591	1.535.647	-	1.535.647
Provisão para eventos a liquidar para o SUS (iii)						
Provisão para eventos a liquidar para o SUS	620.412	239.297	859.709	760.611	265.950	1.026.561
	620.412	239.297	859.709	760.611	265.950	1.026.561
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iv)						
Rede credenciada	3.284.829	-	3.284.829	3.093.525	-	3.093.525
Cooperados	3.355.382	-	3.368.383	3.511.371	-	3.511.371
Intercâmbio	505.610	-	492.609	403.264	-	403.264
	7.145.821	-	7.145.821	7.008.160	-	7.008.160
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (v)						
PEONA	2.913.322	-	2.913.322	2.927.435	-	2.927.435
	2.913.322	-	2.913.322	2.927.435	-	2.927.435
	12.596.493	672.050	13.268.543	12.231.853	265.950	12.497.803

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 5. Além das aplicações financeiras vinculadas no montante de R\$ 8.984.269 (conforme nota explicativa nº 5) a Cooperativa possui um imóvel vinculado a ANS desde 12/08/2014 na proporção de R\$ 2.921.736 e ressarcimento ao SUS depositados em juízo, conforme nota explicativa nº8. A Cooperativa possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

- (i) A Cooperativa ciente das obrigações que cercam as Resoluções editadas pela ANS e suportada pelo parecer técnico atuarial, constituiu a provisão para remissão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias para custeio dos planos de assistência à saúde, correspondente a continuidade de cobertura de assistência à saúde a usuários dependentes em caso de falecimento do titular do plano.

- (ii) A provisão A provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas - PPCNG é constituída conforme previsto na resolução normativa RN ANS 314/12 que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.
- (iii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: a Cooperativa está em demanda administrativa e judicial contra as cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças, na opinião da Administração da Cooperativa e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conservadoramente são suficientes para eventuais perdas com essas demandas. Existem depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$ 71.239, conforme nota explicativa nº 8.
- (iv) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados e credenciados efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.
- (v) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) registrada no passivo circulante, foi constituída a partir de janeiro de 2008 com base na Resolução Normativa – RN nº 160/2007 e alterações posteriores da ANS. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Cooperativa por falta de avisos. A Cooperativa registrou a provisão até agosto de 2009 com base na RN e a partir de setembro de 2009, elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão com a aprovação da ANS. Para a PEONA SUS a operadora deve estar em consonância com os dados de ressarcimento ao SUS divulgados mensalmente pela ANS. A partir de março de 2021, a Agência Nacional de Saúde (ANS) publicou a RN 476/21, que alterou a RN 393/15 e atualizou o teto máximo do fator individual utilizado no cálculo da PEONA SUS, de 115% para 56%.

Adicionalmente as operadoras de planos de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 451/2020, RN 227/2010, RN 392/2015, RN 393/2015 e alterações vigentes:

- Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA): representa o valor do capital mínimo do Patrimônio Líquido, tomando como capital-base o valor de R\$ 10.883.087 para 31 de dezembro de 2022 (R\$ 9.726.595 em 2021), multiplicado pelo fator $K=2,92\%$ que equivale a R\$ 317.786 (R\$ 284.017 em 2021) e;
- Margem de Solvência: Determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Plano de Saúde deverá atingir. Esse critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- a.1** 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses de 100% (cem por cento) das contra-prestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contra-prestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou R\$ 36.441.402 em dezembro de 2022 (R\$ 35.911.335 em 2021);
- a.2** 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 (trinta e seis) meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou R\$ 43.965.537 em dezembro de 2022 (R\$ 41.457.549 em 2021).

A Margem de Solvência Parcial Exigida apresentada é de R\$ 43.965.537 (R\$ 38.414.565 em 2021) e o Patrimônio Líquido Ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$ 57.189.733 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 52.068.459 em 2021).

12 Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	2022	2021
IRRF	4.024.477	3.353.112
ISS	106.053	93.486
Contribuições previdenciárias	1.263.052	1.093.300
FGTS	240.819	216.132
COFINS a recolher	394.862	357.443
PIS a recolher	63.924	57.933
PIS/ COFINS/ CSLL retidos	275.588	244.787
IRPJ	41.648	41.648
CSLL	69.599	23.122
Outros impostos	4.229	4.310
	6.484.251	5.485.273

13 Empréstimos e financiamentos a pagar

Modalidade	Vencimento final	2022			2021		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	jul/26	2.292.621	4.797.449	7.090.070	2.822.800	7.529.468	10.352.268
(-) Juros a apropriar		(298.948)	(167.981)	(466.929)	(658.032)	(926.186)	(1.584.218)
		1.993.673	4.629.468	6.623.141	2.164.768	6.603.282	8.768.050

Os financiamentos referem-se a imobilizações e capital de giro. Os encargos são os normais de mercado para as modalidades. As garantias são alienações de Imóveis e equipamentos e aval dos diretores.

14 Débitos diversos

Descrição	2022	2021
Obrigações com pessoal		
Provisão de férias e encargos	4.931.755	4.186.607
Rescisões a pagar	4.630	11.201
	4.936.385	4.197.808
Fornecedores (i)		
Fornecedores de materiais e serviços	6.251.990	5.488.775
	6.251.990	5.488.775
Depósitos de beneficiários		
Plano de saúde	76.212	192.017
Hospital	115.884	104.605
	192.096	296.622
Outros débitos a pagar		
Adiantamento de clientes	280.830	227.087
Mercadorias em consignação	956.051	1.193.701
Outros débitos a pagar	2.608.866	361.212
	3.845.747	1.782.000
	15.226.218	11.765.205

- (i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar aos fornecedores de materiais e medicamentos hospitalares disponibilizados no hospital da Cooperativa. Não há contas a pagar vencidas.

15 Provisão para contingências

Descrição	2022	2021
Provisão para contingências tributárias (i)	22.545.897	19.129.403
Provisão para contingências cíveis (ii)	4.045.703	4.551.703
	26.591.600	23.681.106

- (i) A provisão para contingências tributárias está assim representada, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Descrição	2022	2021
INSS (a)	2.670.146	2.395.426
ISS (b)	16.427.776	13.545.189
IRRF (c)	2.542.461	2.389.196
Taxa de Saúde Suplementar (d)	905.514	799.592
	22.545.897	19.129.403

- (a) O valor refere-se ao INSS sobre a Produção médica do período de maio de 1996 a dezembro de 1998, que na ocasião foram feitos depósitos judiciais que representam o montante atualizado de R\$ 1.298.564, conforme nota explicativa nº 8. Em 2022 não houve alteração no status do processo, permanecendo o mesmo com exigibilidade suspensa, aguarda-se a transformação dos saldos remanescentes das contas judiciais em pagamento definitivo para satisfazer o crédito integral em favor da União Federal.

- (b) Provisão referente à diferença do ISSQN (Imposto sobre serviço) oferecido pela base reduzida e ao ISSQN devido que foi exigido pela Prefeitura do Município de Rio Claro por meio dos autos de infrações nº 503/2020, 504/2020, 505/2020, 508/2020; 509/2020 e 593/2020 o qual a autuação foi baseada na base de cálculo regulamentada pela Lei nº 3.784 a partir de 1º de novembro de 2.007, uma vez que a base de cálculo não foi homologada e até 31 de outubro de 2.007 o código tributário municipal determinava como base de cálculo desse tributo o preço do serviço, deduzido dos valores recebidos de terceiros e repassados a seus cooperados, e credenciados para a prestação dos serviços de hospitais, clínicas, laboratórios, médicos, odontológicos e demais profissionais da saúde legalmente estabelecidos. Conservadoramente, a Administração da Cooperativa optou por provisionar a diferença do imposto não oferecido nos últimos anos não prescritos corrigidos com juros e multa nesse montante. Há depósitos judiciais efetuados no montante de R\$ 2.354.937 com relação a discussão da Lei Complementar 157/2016 conforme nota explicativa nº 8.

Em 2020, a Administração da Cooperativa efetuou acordo junto à Prefeitura Municipal de Rio Claro para pagamento à vista referente aos débitos autuados relativos ao período de outubro de 2013 a dezembro de 2016 no montante de aproximadamente R\$ 8.000.000.

- (c) Refere-se a compensação não homologada pela Receita Federal do Brasil do imposto de renda retido nas faturas de pré-pagamento compensado como absorção do saldo credor do IRRF dos cooperados pessoa física, o qual não foi informado na declaração do imposto de renda na fonte (DIRF) dos tomadores de serviços, ou declarada com o código 1708 e não 3280, não dando direito ao crédito. A assessoria jurídica caracteriza a ação possível, entretanto conservadoramente a Administração da Cooperativa optou por provisionar o valor compensado.
- (d) Refere-se à taxa de saúde suplementar correspondente ao período de julho de 2016 a dezembro de 2022, cuja exigibilidade legal está sendo questionada judicialmente. Há depósitos judiciais efetuados no montante de R\$ 905.514, conforme nota explicativa nº 8.

(ii) Cíveis:

Encontram-se em questionamento ações na área cível. A Administração da Cooperativa, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas. Há depósitos judiciais efetuados para essas ações no montante de R\$ 392.683, conforme nota explicativa nº 8.

A Cooperativa no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

16 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações fiscais (junto à ANS), cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 9.039.818 (R\$ 6.632.724 em 2021), cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2022 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível, conforme demonstrado abaixo:

Classificação	2022		2021	
	Quantidade de ações	Valores envolvidos	Quantidade de ações	Valores envolvidos
Cível	47	7.903.976	31	5.504.976
Fiscal	11	563.415	13	704.013
Trabalhista	9	572.427	9	423.735
	67	9.039.818	53	6.632.724

Tais ações, devido a natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão, considerando que a probabilidade de perdas é possível, mas não provável.

17 Patrimônio líquido

a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Conforme previsto no Estatuto Social, capítulo V, art. 21º, serão atribuídos juros de 0% (zero por cento) a 12% (doze por cento) sobre o capital integralizado, quando apuradas sobras no final do exercício e a critério da Diretoria Executiva.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício, deduzida do resultado com terceiros, terá a seguinte destinação:

- 10% para Fundo de reserva, destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação; e
- outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

c Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação. De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser

capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com usufruirão dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

Em 2022 as sobras à disposição da AGO são de R\$ 12.436.585 (R\$ 13.884.448 em 2021) conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Sobra líquida do exercício	14.631.276	13.921.926
Realização do RATES	-	3.379.119
Antecipação de sobras	-	(1.328.308)
Constituição de reservas estatutárias:		
Fundo de reserva	(1.463.127)	(1.392.193)
RATES	(731.564)	(696.096)
Sobras à disposição da AGO	12.436.585	13.884.448

Por decisão do Conselho de Administração o resultado das operações com terceiros não foi levado à conta da RATES, conforme determinação do Estatuto e legislação aplicável.

18 Eventos indenizáveis, líquidos / sinistros retidos

Descrição	2022	2021
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados		
Rede própria	(72.576.029)	(58.344.749)
Consulta médica	(26.774.960)	(25.282.598)
Internações	(32.029.678)	(31.532.242)
Exames	(23.525.481)	(22.401.578)
Terapias	(8.214.367)	(6.201.013)
Outros atendimentos ambulatoriais	(3.407.476)	(2.256.692)
Outros eventos/sinistros hospitalares	(4.048.697)	(3.055.359)
Recuperação	20.192.014	-
	(150.384.674)	(149.074.231)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	14.113	(645.672)
	14.113	(645.672)
	(150.370.561)	(149.719.903)

19 Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2022	2021
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar		
Intercâmbio eventual	5.985.817	3.444.725
Atendimento particulares	2.205.856	2.224.309
Atendimento a outros convênios	947.949	344.226
	9.139.622	6.013.260
Outras receitas operacionais		
Auxílio funeral	1.100.744	1.014.237
Receitas diversas	182.002	-
Receitas de aluguel	240.209	212.209
Outras receitas operacionais	224.264	239.406
	1.747.219	1.465.852
	10.886.841	7.479.112

20 Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2022	2021
Despesa com operação de assistência a saúde		
Custo de ociosidade (i)	(12.539.187)	(10.277.301)
Custo dos atendimentos particulares	(971.996)	(1.767.222)
Custo dos atendimentos a outros convênios	(447.852)	(191.408)
Glosas acatadas	(19.875)	(68.551)
Custo do intercâmbio eventual	-	(4.735)
	(13.978.910)	(12.309.217)
Outras despesas operacionais		
Programa saúde/seguro do cooperado	(2.044.292)	(1.635.530)
Seguro para usuários	(950.457)	(850.048)
Auxílio funeral	(708.744)	(675.495)
Outras despesas operacionais	(318.260)	(345.860)
	(4.021.753)	(3.506.933)
	(18.000.663)	(15.816.150)

(i) O custo com a ociosidade começou a ser apropriado em 11/2019 após definição de critério.

21 Dispêndios/ despesas administrativas

	2022	2021
Pessoal	(12.810.435)	(12.270.381)
Serviços de terceiros	(2.812.957)	(2.940.207)
Localização e funcionamento	(1.338.903)	(1.366.700)
Publicidade e propaganda	(769.093)	(578.947)
Tributos	(119.246)	(165.691)
Diversas	(753.708)	(738.255)
	(18.604.342)	(18.060.181)

22 Resultado financeiro líquido

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	6.504.343	1.914.945
Juros por recebidos em atraso	465.278	428.814
Atualização monetária	406.948	172.331
Outras receitas financeiras	42.502	37.549
	<u>7.419.071</u>	<u>2.553.639</u>
Dispêndios financeiros		
Juros sobre capital próprio	(1.304.514)	(1.255.158)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.141.795)	(730.915)
Ressarcimento ao SUS	(95.343)	(90.537)
Atualização das contingências	(27.274)	(89.236)
Taxa de administração com cartão de crédito	(10.952)	(36.132)
Outros	(13.624)	(105.319)
	<u>(2.593.502)</u>	<u>(2.307.297)</u>
	<u>4.825.569</u>	<u>246.342</u>

23 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Sobras antes dos tributos	<u>14.631.276</u>	<u>13.921.926</u>
Adição/ exclusões	(3.173.033)	396.810
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(12.790.213)	(14.974.178)
Base de cálculo negativa	<u>(1.331.970)</u>	<u>(655.442)</u>

24 Transações com partes relacionadas

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de três anos para o Conselho de Administração, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 do total dos membros do Conselho de Administração, para o Conselho Técnico o mandato é de 3 anos eleitos juntamente com o Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição de apenas 4 membros e para Conselho Fiscal o mandato é de um ano sendo permitida a reeleição de apenas 2 de seus membros.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista.

25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

25.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Cooperativa não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2022 e 2021.

25.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Cooperativa não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

a.1 Risco de taxas de juros

A Cooperativa não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Cooperativa não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

a.2 Risco cambial

A Cooperativa não está exposta a riscos cambiais.

b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Nota	2022	2021
Disponível		3.108.039	8.968.086
Aplicações financeiras	5	56.530.430	46.289.477
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	8.053.063	8.852.943
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora		1.820.027	1.026.938
Bens e títulos a receber	7	6.024.381	7.139.142
Investimentos	9	4.887.104	4.736.949
		80.423.044	77.013.535

b.2 Contas a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 46/11 e posteriores alterações emitida pela ANS, que estabelece que deva ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

c Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

25.3 Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa possui, aproximadamente, 47% (48% em 2021) do seu ativo total registrado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Títulos e valores mobiliários).

26 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	2022	2021
Resultado antes dos impostos e participações	14.631.276	13.921.926
Ajustes:		
Depreciações e amortizações	2.987.808	2.919.486
Resultado na alienação de bens	247.336	778.278
Provisão para perdas sobre créditos	408.724	136.643
Baixa de investimentos	272.809	-
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	633.079	639.509
(Reversão) provisões para ações judiciais	2.910.494	2.224.860
Juros s/ capital incorporado ao capital dos investimentos	(416.627)	(90.515)
	21.674.899	20.530.187
(Aumento) redução nos ativos:		
Aplicações financeiras	(10.240.953)	(13.001.975)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	391.156	(84.663)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(793.089)	547.616
Créditos tributários e previdenciários	(1.459.625)	265.029
Bens e títulos a receber	1.114.761	(1.286.314)
Despesas antecipadas	(10.298)	13.063
Depósitos judiciais	(1.103.868)	(953.885)
Outros créditos a receber não circulante	270.279	307.865
	(11.831.637)	(14.193.264)
(Redução) aumento de passivo		
Eventos/ sinistros a liquidar	137.661	1.331.741
Débitos de operações de assistência à saúde	(41.084)	(10.154)
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	176.903	(118.003)
Tributos e encargos sociais a recolher	998.978	(579.356)
Débitos diversos	3.461.013	2.737.058
Conta corrente de cooperados	(2.260)	(163.742)
	4.731.211	3.197.544
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	14.574.473	9.534.467
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	14.574.473	9.534.467

27 Demonstrações de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971 e NBC T 10.8 – IT 01 – Entidades Cooperativas, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com terceiros apresentadas em atendimento a Lei 5.764/1971, não foram base de auditoria específica de nossos auditores independentes.

- Em 2022

	Ato Cooperado	Ato não cooperado	2022
Ingressos/receitas de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	174.618.223	11.728.931	186.347.154
Receitas com operações de assistência à saúde	183.820.540	11.728.931	195.549.471
Contraprestações líquidas / prêmios retidos	183.820.540	11.728.931	195.549.471
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(774.100)	-	(774.100)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(8.428.217)	-	(8.428.217)
Eventos indenizáveis líquidos	(133.766.847)	(16.603.714)	(150.370.561)
Dispêndios/despesas com eventos conhecidos ou avisados	(133.777.958)	(16.606.716)	(150.384.674)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	11.111	3.002	14.113
Sobra das operações com planos de assistência à saúde	40.851.376	(4.874.783)	35.976.593
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	133.676	445	134.121
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	8.480.914	2.405.927	10.886.841
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar	8.463.589	676.033	9.139.622
Outros ingressos / receitas operacionais	17.325	1.729.894	1.747.219
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(697.599)	(8.373)	(705.972)
Outros dispêndios / despesas de operações de planos de assistência à saúde	(310.624)	11.930	(298.694)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde	1.446	-	1.446
Provisão para perdas sobre crédito	(388.421)	(20.303)	(408.724)
Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(16.773.909)	(1.226.754)	(18.000.663)
Resultado bruto	31.994.458	(3.703.538)	28.290.920
Dispêndios/ despesas de comercialização	(352.472)	(22.414)	(374.886)
Dispêndios/ despesas administrativas	(17.194.790)	(1.409.552)	(18.604.342)
Resultado financeiro líquido	(911.897)	5.737.466	4.825.569
Ingressos/ receitas financeiras	437.757	6.981.314	7.419.071
Dispêndios/ despesas financeiras	(1.349.654)	(1.243.848)	(2.593.502)
Resultado patrimonial	445.287	48.728	494.015
Ingressos/ receitas patrimoniais	445.287	113.505	558.792
Dispêndios/ despesas patrimoniais	-	(64.777)	(64.777)
Resultado antes dos impostos e participações	13.980.586	650.690	14.631.276
Sobra líquida do exercício	13.980.586	650.690	14.631.276

- Em 2021

	Ato Cooperado	Ato não cooperado	2021
Ingressos/receitas de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	179.529.526	11.281.743	190.811.269
Receitas com operações de assistência à saúde	187.170.436	11.281.743	169.734.411
Contraprestações líquidas / prêmios retidos	187.170.436	11.281.743	198.452.179
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(7.640.910)	-	(7.640.910)
Eventos indenizáveis líquidos	(132.924.697)	(16.795.206)	(149.719.903)
Dispêndios/despesas com eventos conhecidos ou avisados	(132.316.341)	(16.757.890)	(149.074.231)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	(608.356)	(37.316)	(645.672)
Sobra das operações com planos de assistência à saúde	46.604.829	(5.513.463)	41.091.366
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	72.839	364	73.203
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	5.692.546	1.786.566	7.479.112
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar	5.692.546	320.714	6.013.260
Outros ingressos / receitas operacionais	-	1.465.852	1.465.852
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(1.022.199)	363.387	(658.812)
Outros dispêndios / despesas de operações de planos de assistência à saúde	(892.456)	370.287	(522.169)
Provisão para perdas sobre crédito	(129.743)	(6.900)	(136.643)
Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(14.623.313)	(1.192.837)	(15.816.150)
Resultado bruto	36.724.702	(4.555.983)	32.168.719
Dispêndios/ despesas de comercialização	(310.220)	(17.782)	(328.002)
Dispêndios/ despesas administrativas	(16.799.575)	(1.260.606)	(18.060.181)
Resultado financeiro líquido	(983.330)	1.229.672	246.342
Ingressos/ receitas financeiras	406.526	2.147.113	2.553.639
Dispêndios/ despesas financeiras	(1.389.856)	(917.441)	(2.307.297)
Resultado patrimonial	257.964	(362.916)	(104.952)
Ingressos/ receitas patrimoniais	257.964	34.658	292.622
Dispêndios/ despesas patrimoniais	-	(397.574)	(397.574)
Resultado antes dos impostos e participações	18.889.541	(4.967.615)	13.921.926
Sobra líquida do exercício	18.889.541	(4.967.615)	13.921.926

28 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



MOORE

www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.